

## REGULAÇÃO EDUCACIONAL POR RESULTADOS: NOTAS SOBRE TENDÊNCIAS ANALÍTICAS<sup>1</sup>

Aline Bettiolo dos Santos  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)  
a.bettiolo.santos@unoesc.edu.br

### INTRODUÇÃO

O interesse em discutir a regulação educacional por resultados está ligado à necessidade de se compreender o movimento da política educacional em um cenário no qual se inscrevem a crise estrutural do capitalismo, o avanço das ideias neoliberais e da lógica privatizante no campo da educação. Nessa direção, em linhas gerais, é possível sublinhar o reforço à competitividade, concorrência, adaptação, bem como, ao individualismo e à responsabilidade individual, em que, nas palavras de Harvey (2011, p. 76), “o sucesso e o fracasso [...] são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais [...]”. No entanto, o discurso hegemônico levado adiante por sujeitos políticos coletivos, como o Banco Mundial (BM), tenta, por vezes, elidir as consequências negativas que a lógica mercantil pode causar na escola pública de educação básica de países como o Brasil, sob argumento do “novo” e do tom de modernização que as reformas anunciam pretensamente.

Atentos a esse cenário, nosso objetivo consiste em realizar uma verificação do acúmulo do conhecimento sobre regulação educacional por resultados, gestão e BM, de modo a expor tendências analíticas presentes nas produções científicas. Para dar conta desse objetivo, recorreremos ao exame de artigos e de teses selecionados, constantes no portal SciELO e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, datados de 2000 a 2010. A amostra é parte de uma pesquisa maior, em andamento, cujo *corpus* empírico é constituído por 36 produções mapeadas a partir de alguns descritores – “regulação educacional”, “gestão educacional” e “Banco Mundial” – e publicadas entre 2000 a 2020<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

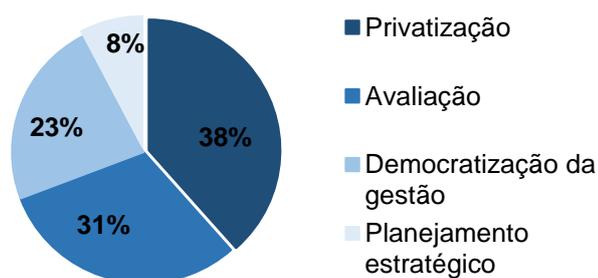
<sup>2</sup> O mapeamento envolveu um rigoroso processo de seleção e agrupamento dos textos, mediante diferentes tipos de leitura, desde a elementar e inspeccional, até chegar ao tipo de leitura analítica e sintópica (MEDEIROS, 2009), que caracteriza uma leitura minuciosa, comparativa e que busca fazer correlações entre os textos. Os descritores incidiram sobre título, resumo e palavras-chave, sem perder de vista o próprio sumário e a introdução. Elencamos como critérios de exclusão trabalhos

## DESENVOLVIMENTO

A fim de expor tendências analíticas presentes nas produções sobre regulação educacional por resultados, gestão e BM, dividimos os estudos em dois grupos: G1 (complementares) e G2 (publicações de 2000 a 2010). O G1 reúne as temáticas de formação de professores e de financiamento da educação básica pública. No primeiro caso, os autores problematizam políticas para a formação de professores que atuam a distância e de professor/gestor. Eles abordam suas temáticas atentos ao contexto reformista que embala a reconfiguração do papel do Estado brasileiro, as políticas e o campo educacional sob o fortalecimento dos princípios neoliberais da década de 1990. Assim, constroem análises que relacionam proposições de organismos internacionais, como o BM, com alguns enfoques recorrentes, tais como a teoria de capital humano, sociedade do conhecimento, tecnologia da informação e comunicação e neotecnicismo nas políticas de formação de professores.

O segundo grupo que destacamos na amostra abrange 13 estudos, cujas temáticas mais recorrentes são: privatização, avaliação, democratização da gestão e planejamento estratégico. O gráfico 1 ilustra o referido grupo.

Gráfico 1 – Percentual da produção científica com abordagem de temáticas mais recorrentes, relacionadas aos trabalhos publicados de 2000 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora.

Tais temáticas constituem algumas categorias empíricas desse grupo, já que é possível extraí-las enquanto modos de existência do objeto (NETTO, 2011) que se inscreve no contexto de crise estrutural do capital e de suas manifestações a partir da década de 1990. Com base nas contribuições do marxismo, Evangelista e

---

com temas diversos, em que a regulação não se apresentava articulada à gestão educacional e ao debate envolvendo especificamente o BM. Também excluímos trabalhos cujos arquivos não estavam disponíveis na internet.

Shiroma (2018) ajudam-nos a pensar sobre categorias como ferramentas para ler o real, entre subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional. Nesse sentido, além de categorias empíricas, sublinhamos categorias analíticas presentes na estrutura do G2. Estado, totalidade, ideologia, classes, hegemonia e bloco histórico são alguns dos destaques, embora os autores optem por não definir um método. No entanto, captamos aproximações com o materialismo histórico dialético em quase metade das pesquisas devido à escolha de autores de referência, entre os quais figuram: Karl Marx, Antonio Gramsci, István Mészáros, György Lukács, Karel Kosik, François Chesnais, Perry Anderson, Eric Hobsbawm, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e Gaudêncio Frigotto.

Nas demais pesquisas do G2, verifica-se ênfase em algumas categorias e alguns autores para compor o marco teórico, em opções de abordagens analíticas, ou ainda, trabalhos em que esses aspectos tendem a substituir uma opção metodológica. Pierre Bourdieu, Roberto Leher, Licínio Lima, Almerindo J. Afonso, Thomas Kuhn e Jenny Ozga constam entre os estudiosos destacados, sem deixar de mencionar Laurence Bardin, no que se refere à análise de conteúdo e, por fim, Michel Pêcheux e Michel Foucault, para análise do discurso. Mais do que demarcar um método, nosso interesse é realizar um balanço crítico consistente, atentando para escolhas teórico-metodológicas e enfoques que vêm sendo adotados pelos pares, de modo a analisarmos o objeto que envolve regulação por resultados, gestão da educação e BM, com aprofundamento e rigor metodológicos.

No que se refere à temática da privatização (38% das pesquisas encontradas), identificamos que o BM busca amadurecer ativamente um tipo de regulação cujo sentido seja o de alcançar resultados consoantes às demandas do capital em um período histórico. De acordo com as análises de Leher (2003), a necessidade que o capital tem do Estado é crescente e este seguirá encolhendo, em cumplicidade com o capital. Isso nos leva a pensar que, para assegurar a conformação de um referencial de regulação por resultados nas políticas educacionais brasileiras, as relações entre o público e o privado, nesse caso entre Estado e BM, tendem a se tornar mais estreitas.

A reflexão sobre o contexto reformista segue nas pesquisas sobre avaliação (31% das localizadas), sendo que sua ênfase nos permite considerá-la como um mecanismo significativo no processo de conformação de um referencial de regulação por resultados, pois avaliações têm sido elementos cruciais para se

produzirem respostas às diretrizes do BM. Nesse sentido, situamos a necessidade de reflexão em torno das chamadas “receitas de sucesso” para os problemas educacionais brasileiros. Exemplo desse debate consta no estudo de Altmann (2002), cuja análise enfoca o documento “Prioridades e estratégias para educação”, de 1995, em que a regulação tende a assumir o significado preponderante de controle. Contudo, subjacente ao objetivo de atacar a pobreza, estão a ênfase ao estabelecimento de padrões de rendimento, a defesa de haver mais privatização e a urgência em implementar sistemas de avaliação.

## NOTAS FINAIS

Com vistas a expor tendências analíticas a partir de produções em que regulação educacional, gestão e BM estão articulados, cabe reiterarmos a necessidade de seguirmos o processo investigativo, de modo a problematizar novos argumentos da agência. Este é o caso da chamada “boa governança”, que constitui parte das novas necessidades que se impuseram a partir de mudanças históricas de grande importância e que passaram a compor o contexto de regulação por resultados e de redefinições no domínio da gestão educacional.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, G.; RUMMERT, S.; GONÇALVES, L. (org.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. p. 81-124.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LEHER, R. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203-228, set. 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 1 São Paulo: Atlas, 2009.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.